

RECURSOS HÍDRICOS

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Ambiental

Legislação Federal	
Legislação	Ementa
<u>CRFB/88 - Art. 21, inciso XIX.</u>	Compete à União: XIX - instituir sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos e definir critérios de outorga de direitos de seu uso; (Regulamento - <u>Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997</u>). - Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989.
<u>CRFB/88 - Art. 22, inciso IV.</u>	Compete privativamente à União legislar sobre: IV - águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão;
<u>Resolucao nº 454, de 01 de novembro de 2012.</u>	Estabelece as diretrizes gerais e os procedimentos referenciais para o gerenciamento do material a ser dragado em águas sob jurisdição nacional.
<u>Resolução CONAMA nº 430, de 13 de maio de 2011.</u>	Dispõe sobre condições e padrões de lançamento de efluentes, complementa e altera a Resolução no 357, de 17 de março de 2005, do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA." - Data da legislação: 13/05/2011 - Publicação DOU nº 92, de 16/05/2011, pág. 89
<u>Lei Federal nº 12.334, de 20 de setembro de 2010.</u>	Estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens destinadas à acumulação de água para quaisquer usos, à disposição final ou temporária de rejeitos e à acumulação de resíduos industriais, cria o Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens e altera a redação do art. 35 da Lei no 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e do art. 4o da Lei no 9.984, de 17 de julho de 2000.
<u>RESOLUÇÃO CONAMA nº 396, de 3 de abril de 2008.</u>	Dispõe sobre a classificação e diretrizes ambientais para o enquadramento das águas subterrâneas e dá outras providências.
<u>Decreto Federal de 25 de julho de 2006.</u>	Outorga concessão para exploração de potencial hidráulico, por meio da usina denominada Usina Hidrelétrica São José, em trecho do Rio Ijuí, Estado do Rio Grande do Sul, e dá outras providências.
<u>Decreto Federal nº 5.440, de 4 de maio de 2005.</u>	Estabelece definições e procedimentos sobre o controle de qualidade da água de sistemas de abastecimento e institui

	mecanismos e instrumentos para divulgação de informação ao consumidor sobre a qualidade da água para consumo humano.
<u>Resolução CONAMA nº 357, de 17 de março de 2005.</u>	Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências." - Data da legislação: 17/03/2005 - Publicação DOU nº 053, de 18/03/2005, págs. 58-63 - Alterada pelas Resoluções nº 370, de 2006, nº 397, de 2008, nº 410, de 2009, e nº 430, de 2011. Complementada pela Resolução nº 393, de 2009.
<u>Lei Federal nº 10.881, de 9 de junho de 2004.</u>	Dispõe sobre os contratos de gestão entre a Agência Nacional de Águas e entidades delegatárias das funções de Agências de Águas relativas à gestão de recursos hídricos de domínio da União e dá outras providências.
<u>Decreto Federal nº 4.895, de 25/11/2003.</u>	Dispõe sobre a autorização de uso de espaços físicos de corpos d'água de domínio da União para fins de aquicultura.
<u>Decreto Federal nº 4.871, de 6 de novembro de 2003.</u>	Dispõe sobre a instituição dos Planos de Áreas para o combate à poluição por óleo em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências.
<u>Decreto Federal nº 4.613, de 11 de março de 2003.</u>	Regulamenta o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, e dá outras providências.
<u>Decreto Federal nº 4.136, de 20/02/2002.</u>	Dispõe sobre a especificação das sanções aplicáveis às infrações às regras de prevenção, controle e fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional, prevista na Lei nº 9.966, de 28 de abril de 2000.
<u>Decreto Federal nº 3.739, de 31 de janeiro de 2001.</u>	Dispõe sobre o cálculo da tarifa atualizada de referência para compensação financeira pela utilização de recursos hídricos, de que trata a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e da contribuição de reservatórios de montante para a geração de energia hidrelétrica, de que trata a Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, e dá outras providências.
<u>Lei Federal nº 9.984, de 17 de julho de 2000.</u>	Dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Água - ANA, entidade federal de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e de coordenação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e dá outras providências.
<u>Lei Federal nº 9.966, de 28 de abril de 2000.</u>	Dispõe sobre a prevenção, o controle e a fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências.
<u>Decreto Estadual nº 2.612, de 03 de junho de 1998.</u>	Regulamenta o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, e dá outras providências. Revogado pelo <u>Decreto nº 4.613, de 11 de março de 2003.</u>
<u>Lei Federal nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997.</u>	Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. (art. 21, inciso XIX da Constituição Federal de 1988 Art. 21. Compete à União: XIX: instituir sistema nacional de

	<i>gerenciamento de recursos hídricos e definir critérios de outorga de direitos de seu uso;)</i>
<u>Decreto Federal nº 94.076, de 05 de março de 1987.</u>	Institui o Programa Nacional de Microbacias Hidrográficas, e dá outras providências.
<u>Decreto-Lei nº 3.763, de 25 de outubro de 1941.</u>	Consolida disposições sobre águas e energia elétrica, e dá outras providências.
<u>Decreto-Lei Federal nº 852, de 11 de novembro de 1938.</u>	Mantém, com modificações, o decreto n. 24.643, de 10 de julho de 1934 e dá outras providências.
<u>Decreto Federal nº 24.643, de 10 de julho de 1934.</u>	Decreta o Código de Águas.

Legislação Estadual	
Legislação	Ementa
<u>Decreto Estadual nº 44.115, de 13 março de 2013.</u>	Dá nova redação ao Decreto nº 41.039, de 29 de novembro de 2007, que dispõe sobre o Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Rio de Janeiro, instituído pela Lei Estadual nº 3.239, de 02 de agosto de 1999, e determina outras providências.
<u>Decreto Estadual nº 42.029 de 2011.</u>	Regulamenta o Programa Estadual de Conservação e Revitalização de Recursos Hídricos - PRO HIDRO, previsto nos artigos 5º e 11 da Lei Nº 3.239, de 02 de agosto de 1999, que institui a Política Estadual de Recursos Hídricos, e dá outras providências. (Vide <u>Projeto de Lei nº 2867/2014</u>)
<u>Lei Estadual nº 5639, de 06 de janeiro de 2010.</u>	Dispõe sobre os contratos de gestão entre o órgão gestor e executor da política estadual de recursos hídricos e entidades delegatárias de funções de agência de água relativos à gestão de recursos hídricos de domínio do estado, e dá outras providências.
<u>Decreto Estadual nº 41.974 de 03/08/2009.</u>	Regulamenta o art. 24 da Lei n. 4.247 de 16 de dezembro de 2003, e da outras providencias.
<u>Lei Estadual nº 5234, de 05 de maio de 2008.</u>	Altera a lei nº 4.247, de 16 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a cobrança pela utilização dos recursos hídricos de domínio do estado do rio de janeiro e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 5101, de 04 de outubro de 2007.</u>	Dispõe sobre a criação do instituto estadual do ambiente – INEA e sobre outras providências para maior eficiência na execução das políticas estaduais de meio ambiente, de recursos hídricos e florestais.
<u>Decreto Estadual nº 40156, de 17 de outubro 2006.</u>	Estabelece procedimentos técnicos e administrativos para a regularização dos usos de água superficial e subterrânea, bem como, para ação integrada de fiscalização com os prestadores de serviço de saneamento básico, e da outras providencias
<u>Decreto Estadual nº 35724, de 18 de junho de 2004.</u>	Dispõe sobre a regulamentação do art. 47 da lei nº 3.239, de 02 de agosto de 1999, que autoriza o poder executivo a instituir o fundo estadual de recursos hídricos - FUNDRHI, e dá outras providências.

<u>Lei Estadual nº 4247, de 16 de dezembro de 2003.</u>	Dispõe sobre a cobrança pela utilização dos recursos hídricos de domínio do estado do rio de janeiro e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 3239, de 2 de agosto de 1999.</u>	Institui a Política Estadual de Recursos Hídricos; Cria o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos; Regulamenta a Constituição Estadual, em seu Artigo 261, Parágrafo 1º, Inciso VII; e dá outras Providências.
<u>Lei Estadual nº 2717, de 24 de abril de 1997.</u>	Proíbe a construção, a qualquer título, de dispositivos que venham a obstruir canais de irrigação pelo mar, ou alterar os entornos das lagoas, em suas configurações naturais.

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Diretoria-Geral de Comunicação e de Difusão do Conhecimento
Departamento de Gestão e Disseminação do Conhecimento

Pesquisa elaborada e disponibilizada pelo
Serviço de Captação e Estruturação do Conhecimento
Divisão de Organização de Acervos do Conhecimento

Para sugestões, elogios e críticas: seesc@tjrj.jus.br